

DECRETO Nº 11.780, DE 24 DE JULHO DE 2024.



"Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Gestão Democrática da Rede Pública de Educação do Município de Balneário Camboriú, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VII do artigo 72 da **Lei Orgânica** do Município - Lei nº 933/1990, DECRETA:

Art. 1º Estabelece a estrutura e o funcionamento da Gestão Democrática da Rede Pública Municipal de Educação de Balneário Camboriú, conforme disposto nas legislações vigentes.

CAPÍTULO I
DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 2º A Gestão Democrática da Rede Pública de Educação do Município de Balneário Camboriú, cuja finalidade é garantir a centralidade da Unidade Educacional no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará as seguintes finalidade e princípios:

I - Finalidades:

- a) Promover a participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras após a seleção dos profissionais habilitados para assumir a direção dos Centros de Educação Municipal (CEMs) e coordenação dos Núcleos de Educação Infantil (NEIs);
- b) Fortalecer o compromisso com o processo de ensino-aprendizagem;
- c) Garantir a qualidade de vida, o direito à aprendizagem dos conhecimentos historicamente construídos e a elaboração de novos conhecimentos preparando para o exercício da cidadania e da formação para a qualificação para o mundo do trabalho;
- d) Assegurar a valorização e o respeito aos profissionais da educação, às famílias, as crianças, aos estudantes e à comunidade local;
- e) Reconhecer e valorizar os conhecimentos e as experiências das comunidades escolares e locais;
- f) Fomentar e valorizar os Conselhos Escolares, Associações de Pais e Professores e Grêmios Estudantis, dentre outras representações da comunidade escolar;
- g) Respeitar à autonomia da livre organização dos segmentos da comunidade Escolar.

II - Princípios:

- a) Reconhecimento da educação de caráter público e gratuito como direito fundamental, subjetivo e inalienável de todo cidadão e cidadã, bem como o caráter laico e aos direitos humanos em toda Rede Pública de Educação do município de Balneário Camboriú;
- b) Enfrentamento de quaisquer formas de discriminação e preconceito, respeito à pluralidade, à diversidade, em todas as instâncias da Rede Pública de Educação do município de Balneário Camboriú;
- c) Autonomia das Unidades Educacionais, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;
- d) Transparência da gestão da Rede Pública de Educação, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- e) Democratização das relações pedagógicas e de trabalho, criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;
- f) Garantia de acesso, permanência e qualidade para todos os estudantes assegurando o caráter inclusivo da educação.

CAPÍTULO II DA AUTONOMIA DA ESCOLA PÚBLICA

Seção I Da Autonomia Pedagógica

Art. 3º Cada Unidade Educacional deve formular, apreciar e implementar o seu Projeto Político Pedagógico - PPP, em consonância com as políticas educacionais vigentes, por meio das normas e diretrizes da Rede Pública de Educação do Município de Balneário Camboriú.

§ 1º Fica garantida, como expressão da autonomia escolar e do direito à educação como política pública governamental constitucionalmente assegurada, a manutenção da nomenclatura "Projeto Político Pedagógico" (PPP).

§ 2º Cabe à Unidade Educacional, considerada a sua identidade e de sua comunidade, estar em conformidades com as legislações e leis vigentes.

§ 3º Cabe a Secretaria de Educação do Município de Balneário Camboriú certificar-se do Projeto Político Pedagógico - PPP de cada Unidade Educacional antes da implementação.

Seção II Da Autonomia Administrativa

Art. 4º A autonomia administrativa das Unidades Educacionais, observada a legislação vigente, será garantida dentre outros aspectos descritos em normas específicas, por:

I - Formulação, apreciação e implementação do PPP;

II - Elaboração, apreciação e aprovação nas instâncias colegiadas do regimento interno;

III - Elaboração dos horários de aulas e atividades de acordo com as orientações da Secretaria de Educação Municipal;

IV - Organização e implementação das atividades de ensino-aprendizagem e administrativas em consonância com o Calendário Escolar.

Seção III Da Autonomia Financeira

Art. 5º A autonomia da gestão financeira das Unidades Educacionais se consubstancia na administração dos recursos financeiros da respectiva Unidade Executora, nos termos de seu PPP, do plano de gestão escolar e do plano de aplicação financeira, conforme legislação vigente.

§ 1º A autonomia da gestão financeira das Unidades Educacionais, a que se refere o caput do artigo, abrangem recursos oriundos de quaisquer poderes executivos da República Federativa do Brasil ou oriundos de convênios, parcerias ou outra forma de captação de recursos, conforme descritos no art. 6º deste decreto;

§ 2º Entende-se por Unidade Executora (UEX) a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha por finalidade apoiar as Unidades Educacionais no cumprimento de suas respectivas competências e atribuições, podendo ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas.

§ 3º A responsabilidade pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial das Unidades Educacionais será exercida de forma específica na atribuição das funções e, de forma solidária pelos integrantes da equipe gestora e colegiados da unidade.

Art. 6º Constituem recursos das UEX os repasses e descentralizações de recursos financeiros, as doações e subvenções que lhes forem concedidas pela União, pelo Estado e pelo município de Balneário Camboriú, por pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas, associações de classe e entes comunitários.

Parágrafo único. Serão estabelecidos mecanismos para fortalecer a execução e prestação de contas dos recursos recebidos pela UEX oriundos de outras fontes.

Art. 7º A Administração Pública poderá regulamentar em normas específicas, a descentralização de recursos financeiros necessários à administração das Unidades Educacionais.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Seção I Das Disposições Iniciais

Art. 8º A gestão democrática será efetivada por intermédio dos seguintes mecanismos de participação, já em vigência ou, a serem regulamentados pelo Poder Executivo:

I - Órgãos Colegiados:

- a) Conferência Municipal de Educação;
- a) Fórum Municipal de Educação;
- a) Conselho Municipal de Educação e Câmara do Fundeb;
- a) Conselho de Alimentação Escolar - CAE;
- a) Colegiado Municipal de Educação;
- a) Assembleia Geral Escolar;
- a) Conselho Escolar;
- a) Conselho de Classe;
- a) Associação de Pais e Professores (APP);
- a) Grêmio Estudantil.

II - Equipes Gestoras:

- a) Diretor(a) de Centro Educacional Municipal;
- b) Coordenador(a) de Núcleo de Educação Infantil;
- c) Equipes Técnicas, Administrativas e Pedagógicas das Unidades Educacionais.

Parágrafo único. O organograma dos órgãos colegiados de Gestão Democrática da Rede de Ensino do município de Balneário Camboriú, está apresentado no Anexo I.

Seção II Dos órgãos Colegiados

Subseção I Da Conferência Municipal de Educação

Art. 9º A Conferência Municipal de Educação, instituída no Município de Balneário Camboriú, por meio da Lei que institui o Plano Municipal de Educação, constitui-se em espaço de debate, mobilização, pactuação e formulação das políticas de educação, com vistas aos seguintes objetivos:

§ 1º Além do disposto em lei própria, a Conferência Municipal de Educação, atuará observando os seguintes objetivos:

a) Propor políticas educacionais de forma articulada;

a) Institucionalizar política de gestão participativa, democrática e descentralizada;

a) Propor políticas educacionais que garantam a qualidade social da educação, o acesso e a permanência na escola, a progressão e a conclusão dos estudos;

a) Estruturar políticas educacionais que fomentem o desenvolvimento social sustentável, a diversidade cultural e a inclusão social;

a) Implementar política de valorização dos profissionais da educação;

a) Avaliar a implementação das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME).

§ 2º Da Conferência Municipal de Educação participarão os atores definidos em lei própria.

§ 3º Serão submetidas à Conferência Municipal de Educação, de forma consultiva e colaborativa, quaisquer mudanças de escopo geral das políticas educacionais a serem implementadas na Rede Pública de Ensino do Município de Balneário Camboriú.

Art. 10. A Conferência Municipal de Educação debaterá o projeto do Plano Decenal de Educação do Município de Balneário Camboriú, a ser encaminhado para apreciação pelo Poder Legislativo, nos termos do PME, com a finalidade de definir objetivos, diretrizes e metas para a educação no município de Balneário Camboriú.

§ 1º A Conferência Municipal de Educação, que precederá as Conferências Nacional e Estadual de Educação, será organizada de acordo com o disposto no PME em vigência e pela Secretaria de Educação do Município de Balneário Camboriú, a qual contará com a participação de agentes públicos e entidades da sociedade civil e terá sua programação, temário e metodologia definidos em regimento interno.

§ 2º A Conferência, convocada pela Secretaria de Educação do Município de Balneário Camboriú, será realizada de acordo com o disposto no PME em vigência, com pauta específica.

Subseção II
Do Fórum Municipal de Educação

Art. 11. O Fórum Municipal de Educação, instituído oficialmente no município de Balneário Camboriú, por meio dos Decretos: nº 7722/2015, nº 10.478/2021 e nº 10.602/2021, com o fim de validar, monitorar o cumprimento do Plano Municipal de Educação constituído por institutos ou grupos equivalentes, órgãos da educação pública e privada, movimentos sociais de educação, entre outras entidades e/ou conselhos com atividades correlacionadas à educação, em conformidade com o disposto no Regimento Interno próprio.

Art. 12. O Fórum Municipal de Educação terá sua composição representada de acordo com a legislação que o constituiu.

Art. 13. A coordenação das atividades do Fórum Municipal de Educação, acontecerá de acordo com o definido no regimento interno, assim como responsáveis pela garantia dos recursos necessários para realização das atividades do Fórum.

Art. 14. Os órgãos ou entidades participantes do Fórum Municipal de Educação e seu coordenador são definidos de acordo com o regimento interno e ou legislação específica.

Art. 15. Os membros participantes do Fórum Municipal de Educação serão indicados por seus respectivos órgãos ou entidades e designados pelo(a) Diretor(a) Geral do Colegiado de Educação do Município de Balneário Camboriú, e de acordo com os dispositivos legais e normativos em vigência e finalidades.

Parágrafo único. As atividades dos membros do Fórum Municipal de Educação são voluntárias e, portanto, não remuneradas.

Art. 16. O Fórum Municipal de Educação tem caráter consultivo, mobilizador e reunir-se-á sempre que for solicitado.

Art. 17. Associada às atribuições já descritas em dispositivo legal próprio, são atribuições do Fórum Municipal de Educação:

a) Levantar as demandas sociais de educação do Município de Balneário Camboriú para apreciação e encaminhamento;

a) Acompanhar, monitorar, avaliar e publicizar o cumprimento das metas e das estratégias do PME;

a) Acompanhar, monitorar e avaliar as políticas educacionais da Rede Municipal de Ensino;

I - Coordenar as Conferências Municipais de Educação, em conjunto com a Secretaria de

Educação do município de Balneário Camboriú;

I - Acompanhar, monitorar e avaliar as ações relativas às deliberações das Conferências Municipais de Educação;

I - Acompanhar as demandas sociais no âmbito da educação do Município de Balneário Camboriú;

I - Articular com instituições e instâncias Municipais, Estaduais e Federais de educação.

Subseção III

Do Conselho Municipal de Educação e Câmara do Fundeb

Art. 18. O Conselho Municipal de Educação (CONSEME) do Município de Balneário Camboriú é órgão que atua de acordo com as atribuições descritas em lei própria e se constitui como espaço de deliberação coletiva e de assessoramento à Secretaria de Educação, com a atribuição de definir normas e diretrizes para a rede do Sistema de Ensino do Município de Balneário Camboriú, bem como de orientar, fiscalizar e acompanhar o ensino das redes pública e privada de Educação Infantil que integram o Sistema de Ensino do Município de Balneário Camboriú.

Art. 19. O Conselho Municipal de Educação do Município de Balneário Camboriú disporá sobre sua organização e funcionamento em regimento interno aprovado pelo Poder Executivo.

Art. 20. O Conselho Municipal de Educação do Município de Balneário Camboriú, composto por pessoas de notório saber e probidade, com ampla experiência em matéria de educação, é constituído por conselheiros designados pelo Prefeito do Município de Balneário Camboriú, observada a necessária representação dos níveis de ensino e a participação de representantes dos sistemas de ensino público e privado, de acordo com as disposições da sua lei de criação.

Art. 21. A Câmara do Fundeb é órgão que atua de acordo com as atribuições descritas em lei própria e se constitui como espaço de deliberação coletiva com sua organização e funcionamento em regimento interno do Conselho Municipal de Educação, aprovado pelo Poder Executivo.

Subseção IV

Do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Art. 22. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) é órgão que atua de acordo com as atribuições descritas em lei própria e se constitui como espaço de deliberação coletiva com sua organização e funcionamento em regimento interno a ser aprovado pelo Poder Executivo.

Subseção V
Do Colegiado Municipal de Educação

Art. 23. Compete ao Colegiado Municipal:

a) Elaborar seu regimento interno;

a) Propor, elaborar e acompanhar a implantação dos projetos e políticas educacionais da Secretaria de Educação do Município de Balneário Camboriú;

a) Analisar, monitorar e aprovar prioridades anuais elaboradas pela gestão da Secretaria de Educação;

a) Compartilhar sistematicamente, as ações de cada setor da Secretaria de Educação; conhecer e acompanhar as atividades dos demais setores;

a) Participar do processo de definição, elaboração, acompanhamento e avaliação do plano de gestão para a Rede Municipal de Ensino de Balneário Camboriú;

a) Analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a Secretaria de Educação;

a) Debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todas as Unidades Educacionais integrantes da Rede Municipal de Ensino;

§ 1º Em relação aos aspectos pedagógicos, serão observados os princípios e as disposições constitucionais, os pareceres e as resoluções dos órgãos normativos Federal e Municipal e a legislação para o Sistema de Ensino do Município de Balneário Camboriú.

§ 2º A representação no Colegiado Municipal, será definida em regimento próprio.

§ 3º O cronograma de atividades e demais questões de ordem administrativa, deverão constar em regimento próprio.

Art. 24. O(a) Diretor(a) Geral do Colegiado Municipal integrará e presidirá o Colegiado Municipal como membro nato.

§ 1º Nas ausências e impedimentos no Colegiado Municipal, o(a) Diretor(a) Geral do Colegiado, será substituído pelo seu substituto legal.

§ 2º O cronograma de atividades e demais questões de ordem administrativa, deverão constar em regimento próprio.

Art. 25. O Colegiado Municipal terá como vice-presidente o(a) Diretor(a) Geral da Secretaria

de Educação e demais membros os quais cumprirão tarefas específicas definidas no regimento interno do colegiado.

Art. 26. O Colegiado Municipal se reunirá ordinariamente e extraordinariamente a qualquer tempo, por convocação quando necessário.

Subseção VII

Da Assembleia Geral Escolar (reunião de Pais)

Art. 27. A Assembleia Geral Escolar, instância máxima de participação direta da comunidade escolar, abrange todos os segmentos educacionais e é responsável por acompanhar e deliberar acerca do desenvolvimento das ações das Unidades Educacionais e da implementação do PPP da Unidade.

Art. 28. A Assembleia Geral Escolar se reunirá ordinariamente de acordo com o descrito no PPP, ou extraordinariamente, sempre que a Unidade Educacional indicar a necessidade de ampla consulta sobre temas relevantes, mediante convocação.

Parágrafo único. O edital de convocação da Assembleia Geral Escolar será elaborado e divulgado amplamente pela Direção/Coordenação da Unidade Educacional, em reuniões extraordinárias ou em reuniões ordinárias.

Art. 29. Compete a Assembleia Geral Escolar:

- a) Conhecer do balanço financeiro e do relatório findo e deliberar sobre eles;
- a) Avaliar os resultados gerais da aprendizagem dos estudantes e o alcance dos objetivos e das metas do PPP da Unidade Educacional e emitir parecer qualitativo;
- a) Apreciar o regimento interno da Unidade Educacional e deliberar sobre ele, em assembleia especificamente convocada para este fim, conforme legislação vigente;
- a) Convidar o presidente do Conselho Escolar e a equipe gestora, quando se fizer necessário;
- a) Aprovar o PPP da Unidade Educacional ou sua revisão;
- a) Decidir sobre outras questões a ela remetidas.

Parágrafo único. As decisões e os resultados da Assembleia Geral Escolar serão registrados em ata e os encaminhamentos decorrentes serão efetivados pela Direção/Coordenação da Unidade Educacional em parceria com o seus órgãos colegiados, salvo disposição em contrário.

Subseção VIII

Do Conselho Escolar

Art. 30. Em cada instituição pública municipal de ensino de Balneário Camboriú, funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e representativa da Comunidade Escolar, regulamentado pela Secretaria de Educação do Município de Balneário Camboriú, de acordo com o disposto em lei própria.

§ 1º Deverão compor o Conselho Escolar as representações registradas em lei específica.

§ 2º Caberá à Secretaria de Educação do Município de Balneário Camboriú garantir orientação para o funcionamento dos Conselhos Escolares.

Art. 31. Compete ao Conselho Escolar, além de outras atribuições a serem definidas pela Secretaria de Educação:

I - Elaborar seu regimento interno a ser aprovado pela Assembleia Geral convocada pelo Conselho Escolar para essa finalidade;

I - Conhecer proposta curricular, o PPP e o Regimento Interno da Unidade Educacional;

I - Garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade Escolar na elaboração do PPP da Unidade Educacional;

I - Atuar como instância que avalia e acompanha os encaminhamentos oriundos do Conselho de Classe, delibera sobre o encaminhamento de recursos impetrados por estudantes, mães, pais ou representantes legalmente constituídos e por profissionais da educação, esgotados os processos de análise e deliberação previstos para o Conselho de Classe;

I - Conhecer e atuar em parceria com a Direção/Coordenação da Unidade Educacional no funcionamento da Assembleia Geral;

I - Conhecer e acompanhar o desenvolvimento das ações descritas no calendário escolar, no que competir à Unidade Educacional, observada a legislação vigente;

I - Fiscalizar a gestão escolar da Unidade Educacional;

I - Promover a avaliação da Unidade Educacional nos aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos devidamente registrado em ata;

I - Acompanhar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a Unidade Educacional;

I - Dar encaminhamentos aos órgãos competentes para a resolução de conflitos de

natureza administrativa ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pelas equipes da Unidade Educacional;

I - Propor mecanismos para a efetiva inclusão, no ensino regular, de alunos com deficiência e oriundos de etnias ciganas, indígenas, quilombolas, imigrantes ou quaisquer outras pessoas que acessem a escola pública;

I - Debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e acompanhar as estratégias da Unidade Educacional para assegurar aprendizagem significativa para todos.

I - Fortalecer e estimular a implementação de Grêmio Estudantil nos Centros Educacionais Municipais;

I - Apoiar e estimular a participação dos conselheiros em processos de formações relativas à função.

§ 1º Em relação aos aspectos pedagógicos, serão observados os princípios e as disposições constitucionais, os pareceres e as resoluções dos órgãos normativos Federal e Municipal e a legislação para a Rede de Educação do Município de Balneário Camboriú.

§ 2º Quando se tratar de matéria que exija responsabilidade civil ou criminal, os estudantes no exercício da função de conselheiro escolar serão representados, no caso dos menores de dezesseis anos, ou assistidos, em se tratando de menores de dezoito anos e maiores de dezesseis anos, por suas mães, pais ou responsáveis legais, devendo comparecer às reuniões tanto os representados ou assistidos, como os representantes ou assistentes, garantindo o direito de voz aos estudantes representados ou assistidos.

§ 3º Quaisquer decisões do Conselho Escolar, deverão estar fundamentadas no regimento escolar, respaldando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente e em demais legislações que garantam direitos e deveres de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar.

Art. 32. Os membros do Conselho Escolar serão eleitos de acordo com regramento próprio, disposto em lei municipal.

Art. 33. A Direção dos Centros Educacionais Municipais e a Coordenação de Núcleos de Educação Infantil integrarão o Conselho Escolar como membro nato.

Parágrafo único. Nas ausências e impedimentos no Conselho Escolar da Direção do Centro Educacional Municipal ou da Coordenação do Núcleo de Educação Infantil, estes indicarão o respectivo substituto(a), desde que seja um membro da equipe gestora da unidade.

Art. 34. O exercício do mandato de conselheiro escolar será considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Subseção IX
Do Conselho de Classe

Art. 35. O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar, avaliar e contribuir com o aprimoramento do processo educacional, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na Unidade Educacional, ou como for determinado no PPP.

§ 1º O Conselho de Classe será composto por:

I - Todos os docentes de cada turma e representantes da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;

I - Representantes da Equipe Pedagógica da Unidade Educacional;

I - Representante dos estudantes, a partir do 5º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhidos por seus pares, garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas, com a livre participação de todos os estudantes da turma e de representante do Grêmio Estudantil Escolar, quando necessário, respeitada a autonomia escolar quando definido no regimento interno e no PPP da Unidade Educacional;

I - Representante dos estudantes, a partir do 5º ano, quando o definido no regimento interno e no PPP da Unidade Educacional; e, I - Representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas quando houver.

§ 2º O Conselho de Classe se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada trimestre ou extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação da Direção/Coordenação das Unidades Educacionais.

§ 3º Cada Unidade Educacional elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe, em conformidade com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú.

§ 4º A reunião do Conselho de Classe integra o calendário escolar e é computada como dia letivo.

§ 5º As reuniões dos Conselhos de Classe, poderão ter a livre participação dos membros dos demais segmentos, a critério da Direção/Coordenação das Unidades Educacionais.

Subseção X
Das Associações de Pais e Professores (app)

Art. 36. A Associação de Pais e Professores (APP) é uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de:

I - Atuar, em conjunto com o Conselho Escolar, na gestão da Unidade Educacional, participando das decisões relativas a organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

I - Colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional e para a integração escola comunidade.

I - Promover o intercâmbio entre a família do estudante, com os Professores, com a Direção dos Centros Educacionais Municipais, com a Coordenação do Núcleo de Educação Infantil e demais membros da Comunidade Escolar;

I - Propor medidas que visem ao aprimoramento do ensino ministrado e à assistência de modo geral ao corpo discente.

I - Atuar como Unidade Executora (UEX) nos termos deste Decreto.

§ 1º A organização e o funcionamento da Associação de Pais e Professores serão definidos em Estatuto próprio, de conformidade com a legislação em vigor.

§ 2º O Estatuto da Associação de Pais e Professores será registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município.

Subseção XI Dos Grêmios Estudantis

Art. 37. O PPP das Unidades Educacionais deve conter práticas com fim de estimular, favorecer e implementar o fortalecimento de Grêmios Estudantis livres e autônomos, garantindo-se processos democráticos e a plena expressão e organização dos estudantes, como forma de desenvolvimento da sua cidadania e autonomia e, como espaço de participação estudantil na gestão escolar.

§ 1º Compete a gestão escolar e a Secretaria de Educação do Município de Balneário Camboriú garantir os meios para o funcionamento dos Grêmios Estudantis nas Unidades Educacionais, possibilitando espaço físico, material de expediente e divulgação.

§ 2º A organização e o funcionamento do Grêmio Estudantil serão estabelecidos em regimento, a ser aprovado pelo segmento dos estudantes das respectivas Unidades Educacionais, em Assembleia Geral.

Seção III Dos Diretores e Coordenadores

Subseção I

Da Direção Das Unidades Educacionais e Coordenadores de Núcleo de Educação Infantil

Art. 38. Os cargos de Direção de Centros Educacionais e Coordenação de Núcleo de Educação Infantil que garanta atuação nas Unidades Educacionais mantidas pela Secretaria de Educação do Município de Balneário Camboriú, garantirão os princípios da gestão democrática do ensino público, pluralismo político, princípio da dignidade da pessoa humana, cidadania, autonomia, igualdade perante a lei, valorização dos profissionais do magistério e da educação, promoção da integração instituição de ensino e comunidade escolar, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e melhoria da qualidade social da educação básica pública.

§ 1º A nomeação para o cargo se dará por ato do(a) Chefe do Poder Executivo, sendo vedado qualquer tipo de classificação sequencial de candidatos.

§ 2º São consideradas Unidades Educacionais do Município de Balneário Camboriú todas aquelas que atendem a Educação Básica como os Núcleos de Educação Infantil (NEIs), os Centros Educacionais Municipais (CEMs), Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e as de atividades de contraturno (CEAC), com atendimento parcial ou integral, formando a Rede Municipal de Ensino de Balneário Camboriú.

§ 3º As Unidades Educacionais deverão organizar e efetivar seu planejamento considerando como princípio a Gestão Democrática, compreendida como a tomada de decisão conjunta quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar.

Art. 39. A Direção/Coordenação das Unidades Educacionais do Município de Balneário Camboriú, se dará por nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal através de Portaria específica para Rede Pública Municipal.

§ 1º A nomeação do cargo a que se refere o caput deste artigo, dar-se-á após prévia submissão ao processo de credenciamento a que se refere este Decreto, para o exercício por um período de 4 (quatro) anos, prorrogável por igual período, ressalvada a possibilidade de dispensa motivada.

§ 2º Entende-se por dispensa motivada aquela que decorre da conduta do servidor nomeado para o exercício do cargo, que conflite com o estabelecido no Plano Municipal de Educação, na Proposta Curricular Municipal de Educação, no PPP, na Lei nº 12, de 23 de dezembro de 2015, artigo 198 da Lei Municipal nº 1.069, de 09 de julho de 1991, com o disposto no Decreto nº 10.809, de 04 de maio de 2022, ou que atente contra dignidade da pessoa humana.

Subseção II
Do Credenciamento

Art. 40. Será publicado um Edital de Credenciamento destinado a operacionalizar o processo administrativo para o credenciamento de candidatos aos cargos de Direção e Coordenação nas Unidades Educacionais.

Parágrafo único. O Edital especificará os critérios de qualificação necessários para os candidatos, além de estabelecer as diretrizes para a submissão e a avaliação dos Planos de Gestão Escolar.

Art. 41. A Secretaria Municipal de Educação instituirá uma Comissão Técnica Permanente (CTP), responsável pelo planejamento, organização, monitoramento e avaliação dos processos de credenciamento e eleição.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá parcerias ou convênios com universidades ou empresas especializadas, visando obter assessoramento especializado ou apoio operacional.

§ 2º Compete à (CTP) auxiliar na interpretação deste Decreto e das demais legislações relacionadas à Gestão Democrática, bem como resolver casos omissos no Edital.

§ 3º Farão parte da Comissão Técnica Permanente (CTP): a Comissão de Eleição do Plano de Gestão, Conselho Municipal de Educação (CONSEME) e a Empresa/Universidade parceira do processo de qualificação de Diretores e Coordenadores.

Art. 42. O Edital de Credenciamento, que regula o processo de habilitação de candidatos e a avaliação do Plano de Gestão Escolar, incluirá os seguintes elementos essenciais para determinar a elegibilidade:

I - Processo de Inscrição: descrição detalhada dos procedimentos de inscrição, documentos necessários e prazos aplicáveis;

II - Análise e Homologação das Inscrições: responsáveis pela análise e a metodologia de habilitação das inscrições;

III - Prazos para Interposição e Resposta aos Recursos: prazos para a apresentação e resposta a recursos;

IV - Curso Formativo para Candidatos Habilitados: estrutura, conteúdo, critérios de aproveitamento e duração do curso formativo;

V - Avaliação do Plano Escolar de Gestão: prazos, responsáveis, procedimento de entrega e diretrizes sobre os conteúdos e avaliação;

VI - Nomeação e Exercício do cargo: informações sobre o processo de nomeação, responsabilidades do cargo, duração do mandato e demais procedimentos.

Art. 43. Podem se inscrever no processo de credenciamento, servidores públicos municipais que ocupem cargos efetivos e estáveis no quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, nos cargos de Professores ou Especialistas, que atendam aos seguintes critérios:

I - Não estar respondendo a processo disciplinar;

II - Não estar em processo de aposentadoria ou em licença do cargo de professor ou especialista para tratamento de saúde;

III - Possuir pós-graduação lato sensu em Gestão Escolar ou stricto sensu na área de Educação;

IV - Não ter pendências relacionadas à prestação de contas de quaisquer cargos ou funções anteriormente exercidas na administração pública, em qualquer esfera governamental;

V - O cargo de Diretor(a)/Coordenador(a) da Rede Municipal Pública de Ensino, correspondentes a quatro anos a cada processo, poderá ser exercido sempre que reeleito e atender os quesitos do processo de qualificação para Diretor(a) e Coordenador(a);

Art. 44. A Comissão Técnica Permanente (CTP) é responsável pela análise documental das inscrições dos candidatos, deliberando sobre a habilitação ou não habilitação com base na conformidade dos requisitos estabelecidos.

Art. 45. Os candidatos habilitados devem participar de um processo formativo.

§ 1º O processo formativo pode adotar qualquer modalidade de ensino, desde que cumpra uma carga horária mínima efetiva de trinta (30) horas;

§ 2º A (CTP) e/ou parceiros (Empresa/Universidade parceira), têm a prerrogativa de organizar o curso de formação em todos os seus aspectos, seja de maneira local ou regional;

§ 3º O processo de avaliação do curso de formação será destinado a avaliar a conformidade do candidato com os requisitos necessários, determinando sua habilitação ou não habilitação para a etapa subsequente;

§ 4º Qualquer eventualidade que impeça a participação do candidato no curso de formação resultará em sua eliminação.

Art. 46. Os candidatos habilitados no curso de formação são considerados aptos para apresentar o Plano de Gestão Escolar (PGE), desenvolvido especificamente para a Unidade Educacional à qual se candidatam.

§ 1º O Plano de Gestão Escolar (PGE) se configura como um Termo de Compromisso pelo qual o candidato se compromete a cumprir;

§ 2º O Edital deve discriminar os elementos de elegibilidade do Plano de Gestão, cobrindo as seguintes dimensões:

- I - Político-Institucional;
- II - Pedagógica;
- III - Administrativo-Financeira;
- IV - Pessoal e Relacional.

§ 3º Quando houver somente um candidato apto ao cargo de Gestor/Coordenador de uma determinada Unidade Educacional, este será automaticamente credenciado para o processo de apresentação do Plano de Gestão. Havendo mais de um candidato, somente um será credenciado após a escolha do melhor Plano de Gestão para a unidade em questão, conforme apresentado na Subseção III, Da eleição.

Art. 47. O Plano de Gestão Escolar deve ser submetido a um processo de avaliação, cujos critérios, prazos de entrega, elementos constitutivos e a sistemática para a avaliação de elegibilidade devem estar detalhadamente descritos no Edital.

§ 1º Compete a (CTP) junto com a empresa parceira/universidade estabelecerem os critérios, prazos de entrega, elementos constitutivos e a sistemática para a avaliação de elegibilidade, devendo essas especificações serem claramente discriminadas no Edital.

§ 2º Será considerado credenciado para exercer o cargo de Direção/Coordenação aquele candidato cujo Plano de Gestão Escolar for eleito pela comunidade escolar.

§ 3º Cada Unidade Educacional ter-se-á uma lista de Planos de Gestão credenciados elegíveis a participarem do processo eleitoral que será organizado pela (CTP).

Subseção III Da Eleição

Art. 48. Quando houver mais de um Plano de Gestão credenciado por Unidade Educacional, será realizado um processo eleitoral para escolha daquele mais adequado para a Unidade Educacional pelo voto direto e secreto da comunidade escolar, cujo colégio eleitoral será composto por servidores e pais dos alunos regularmente matriculados, com cada segmento tendo igual peso na votação.

Art. 49. As escolhas dos Planos de Gestão serão regidas por Edital de Eleição, elaborado, executado e apurado pela (CTP) junto com a empresa parceira/universidade, garantindo a transparência e integridade do processo eleitoral, competindo:

- I - Elaborar o Edital de Eleição, detalhando todos os critérios e procedimentos eleitorais;

II - Operacionalizar e supervisionar a condução do processo eleitoral, assegurando que todas as etapas sejam respeitadas;

III - Publicar tempestivamente a relação dos integrantes do colégio eleitoral, formado pelos servidores em efetivo exercício e lotados na Unidade Educacional e pelos pais das crianças/estudantes regularmente matriculada naquela Unidade;

IV - Garantir o cumprimento irrestrito do Edital de Eleições e a integridade do processo de votação;

V - Apurar os resultados eleitorais e anunciar os candidatos com Planos de Gestão eleitos encaminhando para o chefe do executivo a nominata para a nomeação;

VI - O candidato que apresentar o Plano de Gestão com maior número de votos será considerado apto para a continuidade do processo.

Subseção IV Da Nomeação

Art. 50. Os candidatos com Plano de Gestão eleitos para os cargos de Diretor/Coordenador serão formalmente nomeados pelo prefeito.

§ 1º Em caso de desistência ou vacância do cargo, o candidato que apresentou o Plano de Gestão com o segundo maior número de votos assumirá o cargo, garantindo continuidade administrativa, repetindo-se até que não haja mais candidatos.

§ 2º O período de atuação do substituto não será considerado no cálculo do período máximo de quatro anos permitido para o exercício contínuo no cargo, garantindo assim a continuidade e a eficácia da gestão.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 51. O processo de credenciamento e de eleição do Plano de Gestão será amplamente divulgado, assegurando que toda a sociedade possa acompanhar cada etapa conforme descrito neste Decreto.

Art. 52. Quaisquer alterações e resultados do Edital de Credenciamento e do Edital de Eleição deverão ser publicados no site oficial da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

Art. 53. O Edital de Credenciamento e o Edital de Eleição devem prever os prazos, formas e instâncias recursais.

Art. 54. O Diretor/Coordenador de Unidade Educacional estará subordinado à chefia imediata

da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Será concedida alteração temporária de carga horária aos Servidores que possuírem carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais, enquanto perdurar o exercício do cargo de Diretor/Coordenador de Unidade Educacional.

Art. 55. A avaliação do desempenho dos Diretores/Coordenadores de Unidades Educacionais será contínua e diversificada, utilizando-se dos seguintes instrumentos metodológicos:

I - Monitoramento sistemático da implementação do Plano de Gestão Escolar;

II - Análise crítica dos resultados da Avaliação Institucional e das ações implementadas conforme o Plano de Gestão Escolar;

III - Compilação de registros das visitas técnicas e pedagógicas realizadas pela Comissão Técnica Permanente (CTP);

IV - Análise e tratamento de denúncias recebidas pela ouvidoria ou outros canais reconhecidos pela Prefeitura, ou diretamente encaminhadas à Secretaria de Educação;

V - Documentação detalhada das orientações e procedimentos encaminhados pela Secretaria de Educação;

VI - Registro de frequência nas convocações para Reuniões Administrativas e de formação conduzidas pela Secretaria de Educação;

VII - Monitoramento rigoroso do cumprimento de prazos e da execução dos processos administrativos inerentes a Gestão Escolar;

VIII - Avaliação contínua da assiduidade e presença nas Unidades Educacionais;

IX - Participação efetiva em reuniões técnico-administrativas e programas de formação promovidos ou endossados pela Secretaria de Educação.

Art. 56. O Chefe do Poder Executivo Municipal pode nomear qualquer servidor efetivo do quadro do Magistério da Rede Municipal de Ensino para ocupar o cargo de Direção/Coordenação, desde que inexistam candidatos credenciados e elegíveis.

Parágrafo único. É obrigatório, para a nomeação pelo poder executivo, apresentação e aprovação do Plano de Gestão Escolar dentro do prazo estabelecido pela (CTP) junto com a empresa parceira/universidade.

Art. 57. A vacância do cargo ocorrerá em decorrência de pedido de exoneração, aposentadoria, falecimento ou dispensa motivada do cargo.

§ 1º No caso de dispensa motivada, será assegurado o contraditório e à ampla defesa,

sendo tais procedimentos antecedidos por um relatório avaliativo elaborado pela (CTP).

§ 2º Com base no relatório avaliativo, a (CTP) pode deliberar pela dispensa motivada e solicitar ao Chefe do Poder Executivo a exoneração do servidor do cargo de Diretor/Coordenador.

Art. 58. O servidor que exerce o cargo de Diretor/Coordenador de Unidade Educacional responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 59. As atribuições dos servidores credenciados que exercem o cargo de Direção/Coordenação nas Unidades Pedagógicas da Rede Municipal de Ensino estão previstas no anexo I da Lei Complementar nº 12, de 23 de dezembro de 2015.

Art. 60. A (CTP) deve iniciar a partir do terceiro mês de nomeação dos servidores nos cargos de Diretor/Coordenador o processo de monitoramento e acompanhamento dos Planos de Gestão Escolar.

Parágrafo único. O resultado do processo de monitoramento e acompanhamento será determinante para decisões relativas à continuidade ou não dos servidores nas suas funções do cargo de Diretor/Coordenador.

Art. 61. O Edital de Credenciamento deve ser publicado a cada quatro anos e deve explicitar o período de sua vigência para assegurar transparência e previsibilidade aos interessados.

§ 1º Cabe a (CTP), 60 dias antes do término da vigência do Edital de Eleição, promover um novo Edital de Credenciamento, incorporando as atualizações necessárias para responder às novas demandas e normativas vigentes.

§ 2º O processo de revisão e publicação do novo Edital deve ser conduzido de forma colaborativa, envolvendo a consulta aos principais interessados, incluindo representantes da CTP.

§ 3º Incumbe à Secretaria Municipal de Educação garantir a observância desses procedimentos e fornecer as orientações necessárias para a implementação eficaz deste artigo.

Art. 62. Os efeitos deste decreto aplicam-se a todas as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino Pública de Balneário Camboriú, a partir do ano letivo de 2024, preservando as especificidades dessas instituições conforme regramentos próprios.

Art. 63. A Secretaria de Educação do Município de Balneário Camboriú promoverá ampla divulgação do processo de credenciamento e de eleição de servidores para exercer o cargo de Diretor/Coordenador das Unidades Pedagógicas.

Art. 64. Os casos omissos serão resolvidos pela (CTP) junto com a empresa parceira/universidade responsável pelo processo de credenciamento de servidores.

Art. 65. Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto Municipal nº 11.696, de 02 de maio de 2024.

Art. 66. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 24 de julho de 2024, 174º da Fundação, 60º da Emancipação.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I
ORGANOGRAMA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ